

BRASILIA (O GLOBO) — O ex-ministro Mário Henrique Simonsen disse ontem que os juros deverão baixar no segundo semestre, — quando será menor a necessidade de captação de recursos no exterior —, as minidesvalorizações cambiais poderão ser feitas em ritmo menor, e o crédito terá uma expansão mais acentuada. Afirmou, também, que a inflação deverá cair, mas para isso é preciso “continuar com a política atual e ter paciência”.

O ex-ministro observou que o principal obstáculo para a redução dos juros é a necessidade de se captar recursos no exterior para equilibrar o balanço de pagamentos. Disse acreditar, no entanto, que essa situação é transitória.

— Mesmo porque — afirma — se o problema perdurasse por longo prazo, estaríamos diante de um impasse econômico, pois taxas reais de juros de 20 ou 30 por cento ao ano (acima da inflação) não só inibem a maioria dos investimentos como são capazes de, a médio prazo, inviabilizar firmas de primeira qualidade.

Simonsen prestou depoimento ontem na Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara que investiga a causa dos altos juros cobrados no sistema financeiro. Desde que deixou o Governo, em agosto

de 1979, esta foi sua primeira aparição pública, em Brasília.

Para ele, o País não está atravessando uma recessão, mas uma fase de “desaquecimento forte”. Somente se essa situação continuar por tempo prolongado, com o produto registrando taxas negativas, salientou, é que estará caracterizada uma recessão. Embora admitindo que a redução das atividades e o desemprego atuais são problemas “sérios”, Simonsen observou que o Governo somente poderia afrouxar os controles sobre a política monetária e o crédito se as reservas cambiais do País estivessem aumentando, o que, no entanto, não vem acontecendo.

### ACERTO NO ATACADO

Simonsen disse que “pelo menos no atacado, o Governo acertou”, ao mudar radicalmente a orientação da política econômica, no final do ano passado. Se não permitisse que os juros subissem substancialmente, salientou, o Governo teria que enfrentar problemas graves de balanço de pagamentos, num momento em que a credibilidade do País no exterior já começava a ser abalada.

Embora evitando fazer restrições explícitas à política econômica adotada

pelo ministro Delfim Netto até o final do ano passado, Simonsen incluiu a necessidade de “corrigir os desequilíbrios gerados em 1980”.

As taxas de juros subiram acentuadamente nos últimos meses, observou Simonsen, em parte porque “havam sido artificialmente contidas, do final de 1979 até o final de 1980, pelo tabelamento dos juros e pelas prefixações das correções monetária e cambial”. Por outro lado, os juros são mantidos nos níveis atuais devido aos controles que o Governo passou a exercer sobre o crédito e a liquidez global da economia.

O ex-ministro acredita ser “de difícil solução, no momento”, a redução do diferencial hoje existente entre as taxas de captação de recursos, paga pelos bancos no exterior, e as taxas cobradas por eles nos empréstimos internos, que atingiu “níveis sem precedentes”. Ele atribuiu esse fato à contenção do crédito e ao aumento substancial do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Simonsen defendeu ainda a separação das contas do Orçamento da União, do Banco do Brasil e do Banco Central, porque “o atual sistema de interpenetração dessas contas se transformou num sério obstáculo à boa administração econômica do País”.